

GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação**RELAÇÕES DE GÊNERO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA NO AMBIENTE
ESCOLAR**

Cristina Silva dos Santos (UESB)

Roselane Duarte Ferraz (UESB/UFPE)

1 INTRODUÇÃO

Para compreendermos a dinâmica da educação de meninos e meninas necessitamos ter domínio das concepções de gênero estabelecidas no meio social, visto que é uma temática apresentada no cotidiano das relações estabelecidas em salas de aulas. Essa demanda surge do princípio de que meninos e meninas precisam ser educados para uma sociedade reflexiva, crítica e de direitos sociais iguais.

Percebemos em nosso contexto social uma predileção pelo modelo social tipicamente que define os papéis de meninos e meninas, padronizando comportamentos, ações, gestos, funções e gostos para ambos os sexos. Essa padronização contribui para construção de uma visão de mundo formada por aspectos classificados como discriminatórios.

Consideramos que os padrões de comportamento são impostos pelos grupos sociais que pertencemos. Quando identificamos pessoas que não enquadram no perfil considerado pelo grupo, acabamos nos distanciando e disseminando o preconceito e excluindo baseado nas diferenças.

Diante desse quadro social nos questionamos como as concepções das relações gênero têm ocorrido no ambiente escolar? Existe um modelo de masculinidade e feminilidade estabelecido nas salas de aulas? Quem são seus atores? Neste sentido, o presente artigo busca

identificar as concepções das relações de gênero presentes no ambiente escolar, bem como, analisar seus reflexos nas ações de meninos e meninas no meio social em que estão inseridos.

Consideramos que os professores são peças fundamentais na concretização da formação de conceitos para meninos e meninas, bem como nas concepções das relações de gênero no ambiente escolar e no impacto nas relações entre homens e mulheres na sociedade contemporânea.

Para melhor compreensão sobre a temática optamos por uma pesquisa qualitativa, tendo como principais interlocutores Louro (1997), Auad (2006) e Moreno (1999). O presente estudo demonstra que apesar dos avanços ainda temos um longo caminho a ser trilhado com base nas mudanças necessárias no que diz respeito às relações sociais de gênero.

2 RELAÇÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO SOCIAL

Ao discutirmos a relação de gênero, trazemos diversas questões que permeiam as relações sociais desenvolvidas pelos sujeitos por meio de ações na escola, família e sociedade. A categoria gênero está presente nas discussões do movimento feminista contemporâneo ao reivindicar direitos iguais, tanto relacionados com os aspectos políticos quanto sociais, numa perspectiva de ampliar a visibilidade da mulher num cenário histórico baseado nos discursos oprimidos.

Percebemos que a visibilidade feminina é marcada a partir do movimento do **sufragismo**, que demarcou a luta estabelecida pela mulher para ter direito garantido de voto. Devemos deixar claro que esse movimento representou a primeira onda do feminismo, marcado pelos anseios de mulheres brancas, pertencentes a uma classe social denominada de média (LOURO, 1997).

Segundo Louro (1997), a década de 1960 é marcada pela **segunda onda**, movimento marcado, além das questões sociais e políticas, pelos construtos teóricos sobre o conceito de gênero. Assim, as discussões foram estabelecidas entre estudiosas, críticos e militantes do movimento.

A partir da década de 1980, pesquisadoras brasileiras tomaram como base autoras internacionais para apropriarem do conceito de gênero, potencializando as discussões sobre as desigualdades reproduzidas no meio social entre masculino e feminino.

Para nos apropriarmos do conceito de relação de gênero, consideramos relevante definirmos os termos sexo e gênero. Para tanto, recorremos a Auad (2006) definindo sexo como as diferenças biológicas entre homem e mulher. Quanto às relações de gênero podem

ser consideradas como conjunto de representações sociais estabelecidas no ambiente social, fazendo parte do processo histórico da atribuição de significados e símbolos baseados nas diferenças biológicas entre homens e mulheres, ou seja, nas diferenças físicas.

De acordo com Carvalho (1999, p.30 *apud* KISHIMOTO, 2008, p. 210) “o conceito de Gênero (cultura) somava-se ao de sexo (natureza) e não o substituía. A natureza era uma base sobre a qual significados culturais eram construídos. Gênero era associado, assim, a traços de caráter e a comportamentos, e sexo a corpo e a biologia”. Nessa dicotomia de construção de papéis menino e menina, na relação sexo e natureza, surgem assim à construção de comportamentos, preferências que refletem ações do homem e da mulher na sociedade.

Concordamos com Louro (1997) ao afirmar a necessidade de discutirmos a temática no âmbito social, mas é evidente que “não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (p.21-22). Sendo assim, faz necessário que a temática seja discutida no campo social, pois é nele que as relações de gênero se constroem entre sujeitos.

Quando falamos em gênero abordamos questões que focalizam diferenças que são culturalmente estabelecidas entre os sexos, mostrando como se constroem as relações sociais entre homens e mulheres. Notamosque ao nascer uma criança é normal aos adultos que estão ao seu redor moldá-las de acordo com sua visão de mundo, apropriando-se das noções de masculino e feminino presentes na sociedade.

Percebemos que na sociedade brasileira as relações de gênero contribuem significativamente na produção das desigualdades sociais. São condutas de ações naturalizadas como características particulares de cada sexo, transmitidas desde a infância e enraizadas na formação do sujeito.

Nesse sentido a sexualidade passa a formar sujeitos, por meio de sentidos atribuídos ao gênero e atravessados pelas relações de poder. Consideramos que por meio dessas relações homens e mulheres vão sendo construídos numa vertente naturalizada das práticas sociais, tendo as mais diferentes fábricas sociais como a igreja, a escola e demais esferas políticas.

Nesse aspecto, é importante atentar para o conceito de gênero trazido por Louro (1997, p.22) que: “(...) refere-se ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então como são trazidas para a prática social e tornadas partes do processo histórico”. O sujeito é compreendido como elemento que constitui o sujeito. De acordo com este aspecto podemos dizer que a socialização de homens e mulheres interferem na forma

como se dão os relacionamentos na sociedade, nas profissões e nas nossas diversas formas de atuações (AQUINO, 1997).

Somos condicionados ao processo de socialização que recebemos no decorrer de nossa vida, sendo a primeira instância a família que nos passa seus valores e, no decorrer nossos modelos de condutas são colocados a prova em outros meios e ambientes sociais. Para Moreno (1999, p. 29) “os modelos de conduta são diretrizes que guiam o comportamento dos indivíduos, suas atitudes e sua maneira de julgar os fatos e acontecimentos que o rodeiam”.

Assim, conduta e comportamento são adaptados desde cedo de acordo com o nosso sexo, ou seja, existe um padrão de comportamento para o sexo masculino e outro para o feminino dentro da sociedade que estão inseridos.

Quando falamos do sexo masculino, percebemos características o uso da razão, racionalidade, competitividade; ao sexo feminino estão relacionadas as características da fragilidade, meiguice e cuidado com o outro. Para Auad (2006, p. 23) “as desigualdades acabam por ditar do que meninas boazinhas devem brincar o que homens fortes devem fazer, do que toda mulher honesta deve fugir e como um menino corajoso deve se comportar”.

Segundo Machado (2012), a influência dos estudos científico-biológicos na construção do ser mulher promove a distribuição de papéis em que, para a mulher, destina-se o espaço privado. Assim, a constituição da feminilidade toma por base o corpo das mulheres e a capacidade de procriação. Nesse sentido, vincula-se um discurso em que se propaga a família e o espaço doméstico como os contextos sociais que devem ser ocupados pelas mulheres.

Ainda, segundo a autora, esse discurso é promovedor de uma relação binária ente homens e mulheres “com a elaboração de diversas formas de diferenciações em nível sociocultural. Reconhece identidades diferentes, mas demarcando posições hierárquicas dos sujeitos na sociedade” (MACHADO, 2012, p. 17).

Esses modelos de comportamento contribuem para criação dos estereótipos inflexíveis, transformando ao longo dos anos em desigualdades sociais entre homens e mulheres. Segundo Louro (1997) na nossa sociedade acontece a valorização do modelo masculino e heterossexual. Aquele que se afasta desse padrão de masculinidade hegemônica experimentam práticas de exclusão social.

Moreno (1998, p. 13):

Cada pessoa não constrói esta imagem por si mesma, a partir da observação de alguns fatos concretos e reais, e sim, na maioria dos casos, a partir do que os outros lhe dizem a respeito, ou seja, a partir dos julgamentos que os demais emitem sobre a realidade.

Assim, as relações de gênero são compreendidas numa perspectiva de conjunto de comportamentos e diferenças adquiridas ao longo da vida, compreendendo a historicidade e as relações sociais a partir das diferenças de origem biológicas que variam de acordo com a cultura de cada sociedade.

2.1 O ESPAÇO ESCOLAR E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Após conceituarmos gênero, analisamos teoricamente como a convivência de meninos e meninas é caracterizada: uma relação natural ou apresenta algum aspecto discriminatório? Para isso buscamos entender como se constroem as relações de gênero na escola.

Não podemos afirmar que existem receitas prontas para educar homens e mulheres, até mesmo por sermos seres mutantes, ou seja, em constante transformação. Assim, educar meninos e meninas para o convívio social que tem por finalidade a igualdade de direitos e requer de nós educadores uma reflexão crítica enquanto profissionais.

Desde o berço, as atitudes, palavras, os brinquedos, os livros, as cores, buscam moldar as crianças para que assumam os rótulos prescritos pela sociedade. Suas escolhas são reflexos das categorias de gênero construídas historicamente por meio das diferenças físicas e biológicas entre homens e mulheres. Com base nessas diferenças sexuais da representação do masculino e feminino encontramos as distribuições dos papéis sociais.

Ao longo da história a educação de meninas foi desenvolvida em torno de um processo de aprendizagem de trabalhos domésticos e de conteúdos prescritos para os meninos. Argumentava-se que as meninas não necessitavam de cultura, pois sua função era de mãe e esposa submissa.

Saffioti (1987, p.14 *apud* MACHADO, 2012, p. 17), contesta esse discurso biológico-científico ao afirmar que

Os portadores e divulgadores desta ideologia esquecem-se de medir as oportunidades que foram oferecidas, ou melhor, negadas às mulheres. Ao atribuir a elas a responsabilidade praticamente exclusiva pela prole e pela casa, já se lhes está, automaticamente, reduzindo as probabilidades de desenvolvimento de outras potencialidades de que são portadoras.

É registrado na nossa história que após o fim da II Guerra Mundial a escola para meninos e meninas, conhecida como escola mista, passa a ser implantada nos países que possuíam um sistema político democrático (MORENO, 1998). Mas esse sistema foi implantado de forma variada, tendo como princípio os modelos de sociedade que iam se apropriando das premissas sobre o processo de igualdade educacional para meninos e meninas.

No Brasil, as mulheres viveram um longo período de exclusão de direito devido as suas diferenças sexuais. A escola mista foi oficializada em meados de 1920, no entanto, mantiveram-se a utilização de diferentes mecanismos de separação entre homens e mulheres, a exemplo de normas, uso do espaço físico, técnicas e conteúdos de ensino (AUAD, 2006).

Neste sentido, a criação de escolas mistas não se torna suficiente para garantir a promoção das relações de gênero organizados na mesma intensidade. Essas escolas foram criadas historicamente segundo os padrões aceitos para educação das mulheres. A defesa dessa escola conjunta correspondeu à busca de uma maior igualdade, mesmo em épocas que eram dominantes os discursos educativos do aprendizado da separação (AUAD, 2006).

Quanto ao livro didático, apresentam conteúdos de ensino que reforçam as desigualdades entre homens e mulheres. Segundo Moreno (1999, p. 36):

A imagem da mulher e do homem que se passa ao aluno por meio dos conteúdos do ensino contribui intensamente para formar seu eu social, seus padrões diferenciais de comportamento, o modelo com o qual devem identificar-se para ser “mais mulher” ou “mais homem” e, informá-los, por sua vez, da diferente valoração que nossa sociedade atribui aos indivíduos de cada sexo (1999, p.36, grifo do autor).

Observamos que os livros didáticos apresentam uma ideologia sexista por meio de imagens, códigos e símbolos, servindo de modelos para serem seguidos por meninos e meninas. Geralmente as imagens apresentam homens exercendo atividades diferenciadas das mulheres, classificadas mediante o sexo. Percebemos que essa diferenciação realizada contribui para a permanência de uma visão androcêntrica. Para Moreno (1999, p.23):

O androcêntrismo consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre em nosso mundo, como o único capaz de ditar as leis, de impor a justiça, de governar o mundo.

Essa visão androcêntrica está alicerçada historicamente, contada pelos livros e divulgada nos espaços das salas de aulas. Essa história contada é exclusivamente masculina, cooperando para reforçar os aspectos discriminatórios e as desigualdades sociais.

É importante ficarmos atentos quanto ao perfil dos profissionais de educação para não serem reprodutores de uma sociedade androcêntrica, contribuindo para a invisibilidade da mulher no cenário social.

Louro (2001 p. 70 *apud* MACHADO, 2012, p. 18), defende a inserção de temáticas que problematizem as relações de gênero nas escolas. Fundamentadas no construcionismo social. A autora ressalva que “se os gêneros são “construídos” ou “produzidos” socialmente e não são o resultado final de um acidente biológico, então todas as instituições sociais (e especialmente uma instituição encarregada da formação dos indivíduos) estão implicadas nesta produção [...]”.

Podemos analisar teoricamente que na construção histórica a mulher foi vitimizada por meio dos discursos discriminatórios e excludentes, sendo caracterizada como um ser inferior e frágil, enquanto o homem aparece com um perfil viril, forte e racional. E nesse contexto, como destaca Machado (2012), percebemos o quanto a escola assume uma grande influência na produção desses discursos, proferidos por profissionais que são autorizados a expressá-los, influenciando na constituição dos sujeitos.

Portanto, evidenciamos o papel do docente na formação reflexiva e crítica de meninos e meninas, procurando assumir uma postura sensível na elaboração do planejamento para abordar questões que vão de encontro às necessidades e expectativas da turma.

Concordamos com Louro (2004) ao defender, nas práticas pedagógicas, uma mudança nos arranjos tradicionais de gênero que acontecem nas salas de aula. A autora advoga pela promoção de novas maneiras de divisão dos grupos, pelo fomento de debates a respeito das representações sociais identificadas nos livros didáticos, jornais, filmes utilizados pelos alunos. Assim como, pela produção de textos, não-sexistas e não-racistas, em que seja questionada a ausência de grupos e sujeitos dos relatos da História oficial e dos textos literários.

É na perspectiva de uma prática pedagógica acolhedora que concebemos os meninos e as meninas, para além da função de alunos, como parceiros na construção do conhecimento e, protagonistas na desmistificação dos estereótipos criados no meio social.

2.2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS QUESTÕES DE GÊNERO

Assim como não existe um receituário para a educação de homens e mulheres, tão pouco existe um para a formação dos profissionais da docência no que se refere às relações de gênero. Porém, devemos considerar alguns aspectos pertinentes quando tratamos da inter-

relação entre essas duas temáticas: relações de gênero e formação de professores. Uma delas está na diversidade cultural que se estabelece no contexto escolar, materializada nos valores, nas ideologias, nas orientações e nos interesses de cada indivíduo. Cada vez mais, o profissional da educação é desafiado a lidar com contornos e perfis que, nas suas práticas, não mais encontram esteio seguro. Segundo Louro (2001, p. 542 *apud* SILVA, 2011, p. 141) aos educadores encontram-se perplexos frente às novas posições de gênero e sexualidade.

Escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. Mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. Mas é impossível estancar as questões. Não há como ignorar as ‘novas’ práticas, os ‘novos’ sujeitos, suas contestações ao estabelecido. A vocação normalizadora da Educação vê-se ameaçada.

Contudo, a escola vem, ao longo dos anos, traçando uma desgastada batalha, na tentativa de fazer prevalecer uma prática de homogeneização das diversidades culturais dentro do espaço educacional. Camuflando assim, as diferenças e as contradições tão latentes no contexto escolar.

Com essa atitude, a escola perde uma grande oportunidade de fomentar a constituição de novos conhecimentos sobre as representações construídas historicamente a respeito dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

Dessa prática, no mínimo, duas consequências poderão surgir. Primeiro, a escola poderá assumir uma postura omissa quando não se responsabiliza por orientar, debater e esclarecer, dentro do espaço coletivo, essas questões junto aos seus alunos. E, em segundo, ao se eximir dessa responsabilidade, a escola poderá reforçar práticas discriminatórias.

Assim, ao pensarmos sobre a formação de professores interligada às questões de gênero, devemos considerar como uma premissa, no espaço da formação docente, a promoção do debate, das trocas de experiências e do embasamento teórico sobre essa temática, para que esse profissional possa questionar a proposta formativa oferecida aos seus alunos e mobilizar-se pela defesa de novas práticas pedagógicas. O que implica “questionar conceitos pré concebidos, determinações que sutilmente permeiam nossas práticas. Discutir as relações de gênero é, antes de tudo, remexer e resignificar nossa própria história” (FINCO, 2004, p. 16).

É nessa perspectiva que consideramos significativo, no contexto coletivo da formação de professores, os debates e reflexões sobre os discursos em torno das questões de gênero para compreendermos, enquanto profissionais da educação, os embasamentos que sustentam as nossas práticas docentes e nossa passividade formativa. Desse modo, se

compreendermos a relatividade presente no saber sobre gênero e se percebermos que seu uso e significado originam-se de disputas políticas pelas quais as relações de poder são constituídas (SCOTT, 1994 *apud* SILVA, 2011), podemos então considerar não só a formação inicial superior, como também a formação continuada dos profissionais da educação, como campos singulares para fomentar a desconstrução dos discursos propagados nas instituições educacionais sobre as desigualdades de gênero.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Optamos por uma pesquisa qualitativa, proporcionando ao pesquisador contato direto e prolongado com o objeto e sujeitos em estudo (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Desenvolvemos nossa pesquisa no ambiente escolar para compreender o processo das relações de gênero no meio social.

Nosso papel como pesquisadoras foi de constatar como a problemática em questão manifesta-se no cotidiano da sala de aula, bem como averiguar como as concepções de relações de gênero são estabelecidas nas escolas entre meninos e meninas.

Optamos por um estudo numa perspectiva de campo com base numa escola pública no município da Bahia, tendo como um dos instrumentos de coleta de dados a observação para analisarmos as contradições, os fenômenos, os gestos das crianças e adultos, seus comportamentos e suas relações no ambiente escolar. Outro instrumento utilizado foi a entrevista para criarmos uma relação de interação com os sujeitos de nossa pesquisa. Assim direta de dados coletados foi o próprio ambiente escolar, ponto principal da nossa pesquisa onde tivemos contato com a equipe de professores e alunos, onde foram colhidas as informações e analisadas.

Inicialmente visitamos a instituição de ensino para solicitar a autorização. Após a liberação começamos as nossas observações no ambiente. Observamos as relações professor aluno, quais as suas concepções em relação à temática, a convivência de meninos e meninas na instituição se existiam algum aspecto discriminatório.

Reunimos com os professores para explicarmos nossa proposta de trabalho, depois fizemos um sorteio para sabermos quais seriam os profissionais iriam participar de nossa entrevista. Foram selecionados 10 professores do Ensino Fundamental das séries iniciais. Vale salientar que a escola é de médio porte, funcionando nos três turnos, totalizando o número de 40 professores. Os professores selecionados são formados em Pedagogia e possuem mais de

10 anos de experiência em sala de aula, com faixa-etária de entre 35 a 40 anos e do sexo feminino. As entrevistas foram realizadas em períodos diferenciados para cada professora.

4 ANÁLISE DE DADOS

Para maior entendimento da análise de dados coletados, formulamos para as professoras algumas questões pertinentes ao tema. Quando indagadas sobre a sua concepção sobre as relações de gênero, percebemos que as professoras não tinham domínio sobre a temática, bem como consideravam uma pergunta complexa e pouco trabalhada em sala de aula. As professoras 5 e 9 compartilharam da mesma resposta. Conceituaram a questão de gênero ligada a sexualidade que é determinada por meio das características de cada indivíduo e sua diferenciação na sala de aula.

A professora 1 foi mais simples em sua definição: “*Os meninos são mais violentos e gostam de chamar atenção e as meninas se matem comportadas e acomodadas, os meninos brigam mais e são indisciplinados*”, caracterizou atitudes de meninos e meninas em sala de aula como uma maneira de definir que o sexo dita modos de comportamento. Uma das autoras que fundamentam nossa pesquisa define em poucas palavras a idéia de oposição nessa dualidade de menino e menina em um trecho do seu livro quando diz: “sexo é percebido como uma questão relativa à biologia, enquanto o gênero é uma construção histórica a partir dos fatos genéticos” (AUAD, 2006, p.22).

A professora 10 declarou traduziu sua realidade da seguinte forma:

Em relação ao gênero feminino e masculino, homem-mulher é uma questão muito complexa porque você trabalha em sala de aula, eu, por exemplo, trabalho numa sala lotada de sua grande maioria são homens só tenho 7 alunas então agente vê os meninos eles são mais... Eles gostam de uma brincadeira um pouco mais grosseira um pouco mais violenta e que no final simplesmente diz não agente tá brincando, mas a realidade é ultrapassada, é violenta, é inadequada para sala de aula. Já as mulheres não! As mulheres são mais calmas em geral não gostam de tratamento violento nem nada desse tipo de comportamento então vai haver sempre um conflito entre um e outro eles dois não vão conseguir se adaptar muito bem e ainda espera que o professor entre nessa função para fazer intermediação da convivência dos dois grupos para que ambos comecem a respeitar as diferenças entre os dois.

Observamos em seu discurso exemplos detalhados do comportamento de seus alunos e alunas diante do cotidiano escolar. Percebe a função do professor como mediador, como interlocutor entre os alunos e alunas, mediando os ensinamentos do respeito mútuo e as diferenças.

Questionamos como buscavam trabalhar a temática em sala de aula. As professoras 2, 3 e 7 partem do princípio que as discussões devem está baseadas no diálogo, de acordo com as necessidades e dúvidas que vão surgindo em sala de aula. As dúvidas mais corriqueiras estão relacionadas com as mudanças do corpo, questões anatômicas e amorosas.

A professora 4 respondeu:

É um tema que não é muito comum da gente trabalhar em sala de aula agente é mais na questão do convívio pelo menos eu com meus alunos é assim eu tenho uma sala de meninos que demonstra certo “machismo” não tia isso é coisa de menino isso é coisa de menina eu procuro ir desmistificando isso e colocando que ambos podem fazer a mesma coisa independente do sexo mais na criança acredito que seja algo vem de casa muito marcado o que é de menino e o que é de menina.

Apesar do posicionamento da professora, percebemos em sua fala a insegurança em trabalhar com a temática, deixando claro que os meninos e meninas já vêm com suas opiniões formadas de casa. Para Moreno (1999, p. 16) “ao ingressar na escola, meninas e meninos já sabem muito bem qual a sua identidade sexual e qual é o papel que, como tais, lhes corresponde, ainda que não tenham muito claro o alcance e o significado deste conceito, assim como o de tantos outros”. Sabemos que a família corresponde a primeira instância de socialização da criança, aprendendo valores sociais, morais e condutas de comportamento de acordo com o sexo a que pertence. Mas a escola também participa na construção desses valores, sendo assim, não podemos isentar de suas funções como mediadora do conhecimento e formadora do sujeito.

Perguntamos se existia alguma atividade diferenciada de meninos e meninas desenvolvidas no ambiente escolar, principalmente relacionada a sala de aula e ao recreio. A professora 5 respondeu:

La fora ou dentro da sociedade ou dentro da casa dele pai e mãe vai tratar do mesmo jeito. Lá fora a sociedade vai tratar da mesma forma então ele tem de aprender que menino é diferente de menina existem suas diferenças respeitar suas diferenças, mas conseguir ambos serem aptos para realizar a mesma atividade para não sentir dificuldades.

A professora compara a escola com a sociedade, entendendo que a escola é o reflexo do meio social. Afirmou também que o professor deve ter posições diferenciadas para trabalhar com meninos e meninas devido as suas características físicas. As professoras 8 e 9 concordam que os professores não precisam ter uma postura diferenciada no que diz respeito às atividades didáticas, mas quando falamos nos conflitos existentes em sala de aula todas confessaram que o professor tem necessidade de tomar uma postura diferenciada. Se a

finalidade da educação é promover a igualdade de direitos ao cidadão, a professora necessita trabalhar de maneira igual para ambos os sexos, observando as suas diferenças e criando discussões para que as diferenças não se tornem desigualdades.

Para concluirmos nossa entrevista, perguntamos as professoras qual a sua contribuição para a construção das relações de valores sociais referente ao papel masculino e feminino no meio social. Percebemos pelo discurso das professoras que as questões relacionadas ao gênero estão direcionadas aos construtos sociais, bem como os papéis sociais que homens e mulheres devem executar na sociedade.

Quanto às observações, percebemos o despreparo das professoras em trabalhar com questões relacionadas com gênero e sexualidade, pois para elas os padrões sociais já estão estabelecidos e nem meninos e meninas podem desviar deles. No decorrer das aulas não notamos nenhum planejamento por parte das docentes para realização de uma reflexão pedagógica, mas uma reprodução daquilo que já está estabelecido pelos livros didáticos.

Ao observarmos o ambiente escolar, identificamos que apesar de ser uma escola mista, no interior das salas de aula os grupos são construídos de acordo com o gênero. No recreio meninas sentadas com meninas e meninos brincando com meninos. Uma brincadeira em si nos chamou atenção no recreio, pois unia meninos e meninas sem nenhuma discriminação que era a brincadeira de pular corda, as crianças pulavam e contavam quantos pulos eram dados.

O que ocorria no pátio era uma indicação para as crianças do que era típico masculino e feminino. Nas escolas são produzidos movimentos, gesto aprende-se a olhar, falar, calar e preferir. São também treinados os sentidos a forma de conhecer os sons, os cheiros e os sabores. Informa o lugar dos meninos e meninas, dos pequenos e grandes, esses elementos adquiridos no ambiente escolar contribuem para a postura de homens e mulheres na sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A escola como qualquer outra instituição social utiliza as diferenças e transforma em desigualdades. Percebemos que a tanto a escola como a família contribuem na construção de mecanismos de controle do comportamento de homens e mulheres.

O processo educativo vai além das concepções de colocarmos meninos e meninas na mesma classe, nem tão pouco apresentar um único modelo de comportamento como o ideal. É

ensinar a respeitar as diferenças e desfrutar da riqueza que a diversidade humana nos proporciona.

Cabe ao professor analisar como sua prática pedagógica poderá contribuir na formação das crianças, investir na sua formação por meio de produções pedagógicas mediante pesquisa, manter debates sobre as relações de gênero no contexto social e combater idéias sexistas de que azul e rosa seriam cores específicas de cada sexo, assim como e brincar de correr, gritar e o modo de sentar também definidos por cada sexo.

A busca do professor por uma ação pedagógica deve assegurar a existência de uma prática igualitária e menos centrada nas relações de poder que colocam o masculino de um lado e o feminino do outro.

Devemos buscar oportunidades de encontros para debate entre muitos e diferentes sujeitos que constrói o conhecimento, a educação e fazem parte dos movimentos sociais. Só assim, combateremos os padrões sociais, anatômicos e individuais, levando em consideração os fatores culturais. A reflexão é necessária para melhor compreendermos a forma com a qual o gênero se relaciona nessa tensão.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. *Sexualidade na Escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.

AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006.

FINCO, Daniela. *Educação infantil, gênero e brincadeiras: das naturalidades às transgressões*. 28a Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 20 de setembro de 2011.

KISHIMOTO, Tizuco (org). *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Cengagelearning, 2008.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira L. Sexualidade e gênero na escola. In: VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *A educação em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÈ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas: temas básicos de educação e ensino*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.

MACHADO, Raimunda Nonata da Silva. Relações de Gênero na Prática Pedagógica. In: XVI *ENDIPE*, Campinas, SP, 2012.

MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo: Moderna, 1999.

SILVA, Kelly da. *Currículo, Gênero e Identidade na Formação de Professores/as*. Dissertação de Mestrado, UFJF: Juiz de Fora, MG, 2011.